

PADRÕES DE CRESCIMENTO E INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

Beatriz Tamasso Mioto¹

Pietro Caldeirini Aruto²

Fernando César de Macedo³

Resumo: O objetivo deste artigo é apreender historicamente os determinantes gerais dos padrões de integração da economia brasileira e as principais consequências das opções da política econômica para o desenvolvimento regional do país. Nessa abordagem, são confrontados dois períodos específicos: o processo de industrialização no período 1930-1980 e a emergência posterior do padrão neoliberal de especialização produtiva. Embora em ambos as características espaciais do subdesenvolvimento persistam, os condicionantes internos e externos, sintetizados na política econômica, são distintos. No primeiro, as desigualdades regionais aumentam diante de um processo de integração nacional e crescimento econômico. No segundo, o aparente movimento de convergência de renda média e de estrutura econômica revela um modelo de baixo crescimento que não é capaz de aprofundar a integração e nem confrontar os determinantes da dependência externa.

Palavras-chave: integração regional, Brasil, subdesenvolvimento.

GROWTH PATTERNS AND INTEGRATION OF REGIONAL ECONOMY BRAZILIAN IN THE TWENTIETH CENTURY AND THE BEGINNING OF XXI

Abstract: This article aims to emphasize the historical determinants of Brazilian integration patterns as well as economic policy results for regional development. Thus, two periods are highlighted: the industrialization process (1930-1980) and later the neo-liberal pattern of productive specialization. Though the underdeveloped spatial characteristics persevered, internal and external conditions are distinct, as revealed by the shifts in economic policy throughout the period. In the former, regional inequalities have increased on a national integration process and high economic growth. In the latter, the restricted tendency to average income convergence and the economic structure reveals a low-growth model that prevents national integration and deepens the external dependency.

Key-words: regional integration, Brazil, underdevelopment.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp na área de Economia regional e urbana, bolsista FAPESP. Email: bea.mioto@gmail.com

² Economista-SST/SC, mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp na área de Economia regional e urbana, bolsista CAPES. Email: pietro.aruto@gmail.com

³ Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico – CEDE. Email: fcmacedo@eco.unicamp.br

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo traz consigo, intrinsecamente, a necessidade de concentração e centralização do capital e da força de trabalho no espaço. Esse movimento não é exclusivo das economias periféricas, porém, devido a características próprias, ele tomou grande dimensão nos países subdesenvolvidos, traduzindo-se em enormes disparidades regionais.

No Brasil, essas disparidades foram sistematicamente reforçadas e reproduzidas no processo de industrialização. Ainda assim, ao aprofundar os elos das economias regionais e integrar econômica e territorialmente o país, o padrão de acumulação que vai dos anos 1930 até os anos 1970 propiciou crescimento e diversificação da base produtiva da periferia que passou a ser complementar à indústria do centro – São Paulo. Desse padrão de integração resultou uma estrutura pautada no mercado interno, cujo impulso dinâmico esteve fortemente ligado ao investimento autônomo e à expansão da demanda, ainda que cindida pela desigualdade de renda. Por isso, entre a metade dos anos 1970 e início dos 1980, foi possível engendrar um processo de desconcentração produtiva regional *virtuosa*, na qual, ainda sob o comando do centro dinâmico, a periferia nacional teve taxas de crescimento superiores a São Paulo e conseguiu diversificar sua estrutura produtiva aprofundando, também internamente, a divisão social e territorial do trabalho (CANO, 2008).

Os anos últimos 15 anos do século XX e o início do XXI, no entanto, caracterizaram-se por outro padrão de (des)integração, pois, dada a crise da dívida e uma política macroeconômica eminentemente voltada para a estabilização monetária e para a garantia dos interesses rentistas, a dinâmica do mercado interno e os elos de integração econômica erigidos até então foram fortemente afetados. Com o “esforço exportador” e a globalização dos mercados, parcelas do espaço regional, em especial aquelas oriundas da expansão agrícola e mineral, passaram a se articular com mais força à dinâmica mundial respondendo fundamentalmente às tendências cíclicas do mercado externo. Assim, a “globalização”, enquanto o resultado das novas condições técnicas e econômicas desenvolvidas nos países do centro, torna necessária uma nova forma de organização do mercado e do processo produtivo mundial, onde uma nova divisão do trabalho se opera no nível da própria força de trabalho e na sua capacidade de valorização do capital em termos mundiais (MARINI, 1996, p. 58).

Além disso, com a desarticulação da atuação do Estado Nacional na condução do desenvolvimento e o estrangulamento das finanças estaduais e municipais, toma o lugar da coordenação da inversão a disputa entre os lugares para atrair investimentos localizados, muitas vezes com efeitos de encadeamento restritos. Dessa maneira, relega-se para as necessidades/vantagens de localização dos agentes privados a decisão sobre a utilização e estruturação do território, diminuindo as possibilidades de aprofundamento da complementaridade dos mercados regionais que marcaram os períodos de maior crescimento do Brasil. Esses fatores caracterizaram, portanto, a denominada desconcentração produtiva de caráter *espúrio* (CANO, 2008), na qual a diminuição das desigualdades na participação do produto das regiões periféricas em relação a São Paulo não significou uma melhora global das disparidades sociais no país; ao contrário, resultaram em um aprofundamento da crise social expressa em uma urbanização cada vez mais caótica.

A partir de 2004, no entanto, apesar da manutenção do modelo macroeconômico da estabilização, houve modificações no esquema de crescimento da economia brasileira. Com estímulo inicial do ciclo de valorização do preço das commodities – consequentemente, melhora conjuntural nos termos de troca para esses bens – a economia nacional volta a crescer em patamares superiores aos últimos 30 anos. Esse impulso externo, somado ao aumento do consumo (calcado em uma melhor estruturação do mercado de trabalho e um aumento da renda média do trabalhador), do crédito e do investimento reorientaram os determinantes do crescimento recente para a expansão do mercado interno, acarretando efeitos positivos sobre as economias regionais, principalmente aquelas mais pobres (GUIMARÃES NETO, 2010).

Nesse novo contexto, do ponto de vista regional, a grande questão é conseguir dimensionar a capacidade que essa mudança apresenta para dar continuidade tanto do processo de desconcentração produtiva regional quanto o de diminuição das disparidades. Cabe indagar se o cenário recente (de menos de dez anos), mesmo com a crise mundial, constituirá um padrão de integração diferente daqueles anteriores e qual o papel dos determinantes econômicos gerais nesse processo. O objetivo deste artigo, por conseguinte, é apreender sob quais determinantes econômicos gerais se deram os padrões de integração da economia nacional e quais as principais consequências das opções da política econômica para o desenvolvimento regional do país durante o século XX (seções 1 e 2); com isso poderemos vislumbrar um panorama, ainda que geral, para o período recente (seções 3 e 4).

1. A INTEGRAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTISMO (1930-1980)

O desenvolvimento econômico no Brasil apresentou dimensão regional devido primeiramente à forma pela qual o país inseriu-se na divisão internacional do trabalho a partir do período colonial – calcado no trabalho escravo e no latifúndio. A dinâmica primário-exportadora ligava fragmentos do espaço às necessidades e ao comando de economias externas, sem com isso sustentar uma integração regional no país. O desenho espacial desse processo foi a formação dos “arquipélagos regionais” e de uma rede de cidades incipiente e “litorânea”, incapaz de criar hierarquias bem estruturadas e homogeneizar minimamente as bases de acumulação de capital do ponto de vista endógeno.

Essas condições foram transformadas com mais vigor na década de 1930, logo que o motor da dinamização da acumulação interna passou a não ser mais o setor primário exportador e sim a indústria que, apesar de não “afiançar a dominância do capital industrial”⁴ e de não implantar o setor dinâmico de bens de consumo capitalista, já transformava o padrão de acumulação e as regiões do país pelo aumento do grau de urbanização. Como desdobramento do complexo cafeeiro paulista, a industrialização restringida foi capaz de integrar territorial e economicamente o país, fazendo com que a acumulação tivesse um caráter mais endógeno e substancialmente concentrado e comandado a partir de empresas sediadas em São Paulo. Isso não quer dizer, no entanto, que não houvesse preponderância do capital de origem mercantil, mesmo que travestido de outras formas como a financeira, comercial e propriamente industrial. Essa realidade será definitivamente transformada com a industrialização pesada, ainda que frações do capital - principalmente de origem nacional - continuassem a atuar fundamentalmente como capital mercantil (CANO, 1985).

Sobre a capacidade de liderança do capital cafeeiro paulista para engendrar um processo de diversificação em direção ao setor industrial Cano (1998) é taxativo: já nos anos 1920, a economia paulista reunia as condições para conduzir o processo. Nesse sentido, ainda que a economia regional estivesse assentada no café, é relevante o fato de que grande parte de sua força de trabalho era livre. Mesmo que, em princípio, a relação de trabalho não fosse baseada exclusivamente no assalariamento, a conformação da economia paulista sob essas bases permitiu a expansão do seu mercado interno e a diversificação de suas atividades. Isso

⁴ Tavares (1998, p.128).

ocasionou não só o fortalecimento da atividade cafeeira como também permitiu que parte do excedente galgasse as fronteiras da produção de café em direção ao setor urbano e industrial.

Essa argumentação, nos dizeres de Cano (1998), é baseada não apenas na apreciação das condições internas da região, mas também em uma análise comparada das demais regiões do país, cujas características não propiciaram uma acumulação duradoura e capaz de montar as bases de expansão da indústria. O autor destaca a diferença na dimensão da propriedade agrária e das relações de trabalho do Nordeste, do Sul e de São Paulo como pontos centrais da discussão. Ele mostra como a propriedade da terra assentada no latifúndio e a preponderância de relações pré-capitalistas de trabalho no Nordeste engendraram pouco crescimento e que, a partir disso, a débil indústria formada antes de 1930 enfrentou forte concorrência de São Paulo (principalmente no caso do algodão).

Já o caso oposto é observado no Sul do Brasil, onde há desconcentração da produção e do excedente assentados em uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades. Diante dessa pulverização e apesar de a região apresentar atividades diversificadas, não foi possível uma concentração suficiente de capital capaz de produzir em maior escala e extrapolar os limites da economia local e regional. O Rio de Janeiro e o Espírito Santo foram outras duas economias cafeeiras que por razões de suas estruturas internas não logram um processo de crescimento e diversificação industrial, conforme destacou Cano (1985).

As características da economia paulista propiciaram, portanto, um crescimento das indústrias da região anterior à década de 1930, que edificou sua posição no cenário da integração nacional. Isso se traduziu, entre 1930 e 1955, em uma concentração espacial da produção, principalmente daqueles bens mais elaborados e industrializados que, diante da expansão dos mercados, foi capaz de adentrar e competir nos mercados das diversas regiões. Esse processo, como alerta Cano (1998), apresentou diversas consequências para a periferia do país. Segundo o autor, elas podem ser entendidas com base nos efeitos de *inibição/bloqueio, estímulo e destruição*⁵ que se colocavam no confronto da base produtiva de cada região com as necessidades ou a concorrência da economia paulista.

Para Tavares (1998), dois fatores contraditórios explicam o período da industrialização restringida: o primeiro diz respeito ao fato de que foi a expansão industrial que comandou a acumulação com base no segmento urbano da renda. A ampliação do consumo foi, portanto, um determinante fundamental da realização dos lucros, ou seja,

⁵ Para detalhes sobre esses efeitos ver Cano (1998).

dinamizava a demanda efetiva da economia pela produção de bens de consumo assalariado que puxava, por sua vez, o setor existente de bens de produção. O segundo fator refere-se à insuficiência do desenvolvimento das forças produtivas e dos suportes internos (financiamento e técnica) para a reprodução ampliada da grande indústria, isto é, diante dos constrangimentos internos era impossível o “crescimento da capacidade adiante da própria demanda” (TAVARES, 1998, p.131). Nesse contexto, a partir da crise de 1929, a substituição de importações e a proteção à indústria nacional foi o esquema responsável por permitir a primeira fase da industrialização com garantia de mercado interno.

Cabe ressaltar também que o Estado teve papel transformador essencial, pois abarcava em sua formação um olhar mais amplo do que aquele apresentado pelos grupos sociais. Isso foi possível porque não havia a hegemonia de um grupo específico capaz de ditar os rumos da história ou impor a generalização de seus interesses. Tal intervenção tinha direção e hierarquia objetivas cujo intuito era de acelerar a industrialização, ou seja, priorizar a expansão interna. Dessa forma, o comando do Estado sobre o avanço das forças produtivas, da divisão social e territorial do trabalho e da própria “estatização das relações econômicas de classes” ganha concretude a partir de 1930.

A industrialização brasileira foi consolidada por um novo ciclo de investimentos que instituiu a chamada “industrialização pesada”, grosso modo, entre a segunda metade da década de 1950 e os anos 1970. Segundo Tavares (1998), foi durante esse largo período que as condições para a reprodução ampliada do capital foram completadas, ou seja, os principais investimentos (Plano de Metas – PM e o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND) foram feitos concentrados no tempo e muito além da demanda preexistente, implantando setores que tinham como característica basilar a capacidade de produzir efeitos de retroalimentação entre as indústrias e no seu interior (indústria de bens duráveis, de bens de capital e intermediários). Isso imputa uma diferenciação fundamental com o período anterior já que, como observado, a acumulação não obedece mais à dinâmica puxada primeiramente pela renda e pelo emprego, mas resulta do investimento autônomo e da produção de bens de consumo capitalistas. O ciclo endógeno da economia brasileira responderia, portanto, aos blocos de investimentos capitaneados pelo Estado e pelo capital internacional, seguidos pelo capital privado nacional.

É importante frisar que esse movimento mais geral de industrialização pesada não foi homogêneo. Por um lado, houve transformações internas que mudaram o cenário político (especialmente com o golpe militar) e o institucional, como as reformas fiscal, tributária e

financeira entre 1966 e 1967⁶. Essas mudanças afetaram sobretudo a condução da política econômica e os ciclos de crescimento, uma vez que, apesar de terem como tônica o controle inflacionário, foram capazes de constituir um arcabouço institucional que servisse de fundamento da política econômica a partir de então. Por conseguinte, foi possível sedimentar aspectos importantes para operacionalizar um projeto que solucionasse alguns problemas de longo prazo do crescimento da economia brasileira – os quais já se manifestavam desde o início da industrialização. Permitiu, grosso modo, a centralização dos recursos fiscais no âmbito federal e a constituição de um sistema financeiro e bancário capaz de organizar os mecanismos de crédito e correção monetária.

Por outro lado, as transformações na economia mundial no início dos anos 1970 – traduzidas no fim de Bretton Woods, na política Volker e nos choques do petróleo – alteraram a ordem internacional vigente desde o pós-guerra e, assim, a natureza e intensidade dos fluxos de capitais e a dinâmica do comércio internacional – vinculada primordialmente ao novo regime de câmbio flutuante e à retração das trocas. As mudanças nos fluxos de capitais são especialmente importantes para a compreensão das diferenças de financiamento do PM e do II PND: no primeiro caso houve participação relevante do investimento externo direto (vinculado à instalação de filiais de transnacionais oligopolizadas, produtoras de bens de consumo duráveis) somado ao financiamento via emissão monetária (inflacionário); no segundo, ganha maior importância a entrada de recursos financeiros, garantido pelo endividamento norte-americano e, conseqüentemente, abundância de dólar no mercado internacional, vinculada inclusive à ascensão do euromercado.

Além disso, o II PND teve como característica constituinte a decisão do Estado em ser o principal agente a dar continuidade ao processo de transformação da estrutura industrial, já que, sob sua perspectiva, eram os desequilíbrios presentes nessa estrutura que geravam os impedimentos para a continuidade do crescimento do país (LESSA, 1977). Nesse contexto, a atuação consorciada do Estado com os capitais estrangeiros e nacionais – característica do PM – foi perdendo espaço para a atuação mais direta do investimento público e das empresas estatais que levavam, a reboque, frações do capital privado num momento em que a dinâmica internacional era desfavorável. Apesar do II PND ter sustentado inversões que permitiram elevadas taxas de crescimento, o plano não foi capaz de concretizar o ajuste estrutural proposto (LESSA, 1975). Como aponta Carneiro (2002), também não logrou reduzir a vulnerabilidade externa, acumulando elevados déficits que, junto com a crise

⁶Sobre essas reformas ver: Oliveira (1981), Tavares (1998) e Cruz (1995).

do financiamento e a estatização da dívida, contribuiriam para a crise financeira do Estado na década de 1980.

Do prisma da economia regional o período entre 1956 e 1973 representou nova onda de concentração da indústria coadunada, principalmente na década de 1960, com forte aumento da urbanização e concentração espacial da população (CANO, 1985). Em relação à indústria, isso se deveu ao perfil setorial dos investimentos realizados a partir de então – bens de capital e bens de consumo durável de maior densidade tecnológica e maior escala de produção – que só poderiam apoiar-se em economias de aglomeração e de urbanização, forjadas principalmente em São Paulo.

Sobre a concentração populacional, que dará feição à metropolização e à urbanização caótica (CANO 2012), os fatores de expulsão das economias regionais descritos por Singer (1998) geraram enormes fluxos, colocando mais fortemente o debate da dimensão social da concentração que já vinha sendo discutida no final da década de 1950 – principalmente em função da exposição do “flagelo da seca” e da concentração dos investimentos produtivos em São Paulo. A dinâmica populacional delineou-se pelos movimentos rural-urbano, rural/urbano-metropolitano e, fundamentalmente do Nordeste e Minas Gerais em direção ao Sudeste (PATARRA, 2003). Os fatores econômicos e a grande mobilidade da população representavam a modernização conservadora do campo, as péssimas condições de vida e oportunidades nos lugares de origem e, assim, o aumento da pobreza e segregação nas cidades.

Segundo a interpretação de Cano (2012), entre 1962 e 1980 inicia-se a segunda fase da integração do mercado nacional, quando já despontava, de um lado, a necessidade dos capitais industriais extrapolarem algumas fronteiras de valorização, uma vez que havia capacidade ociosa planejada e as oportunidades de investimentos e reinvestimentos no centro estavam reduzidas. De outro, ao anteceder a crise que se colocaria a partir de 1964, os capitais/elites regionais já demandavam do Estado uma articulação no sentido de fomentar políticas de desenvolvimento regional que atraíssem investimentos para suas regiões. É nesse contexto que se criam as “superintendências para o desenvolvimento”, sendo as mais expressivas a Sudene e a Sudam, bem como a Zona Franca de Manaus.

Cabe ressaltar ainda que até o auge da concentração industrial em 1973, apesar da economia paulista apresentar as maiores taxas de crescimento, a periferia também tinha taxas expressivas com diversificação produtiva. Desse padrão de integração resultou uma estrutura

produtiva pautada no mercado interno, cujo impulso dinâmico esteve fortemente ligado ao investimento autônomo e à expansão da demanda.

Esse padrão perdura, do ponto de vista regional, até a década de 1980, mas com uma diferenciação fundamental: a desconcentração produtiva regional⁷ que começa a dar seus primeiros sinais no final dos anos 1960.

Para Cano (2008), o primeiro período da desconcentração se inicia nos anos 1970 e está ligado a uma diversificação e um salto quantitativo e qualitativo da base industrial do país. Nesse momento, em um contexto de intensificação dos investimentos, a periferia obteve um crescimento superior ao pólo do sistema, aprofundando a complementariedade produtiva regional que se deu com expansão da indústria e crescimento dos setores primário e de serviços, os quais serviam também à aceleração da urbanização em todo território. Dois vetores específicos da desconcentração merecem ser mencionados: os investimentos do II PND – nos setores de mineração, transporte, comunicações, etc. – que obrigatoriamente seguiam lógica territorial, já que, por sua própria natureza, a produção deveria ocorrer nos lugares onde os recursos estavam disponíveis; e o crescimento do interior paulista, pautado na dispersão das atividades da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao interior, uma vez que os lugares onde se situavam as empresas passaram a apresentar “deseconomias de aglomeração”.

Cano (2008) compara a variação do PIB setorial do Brasil e de São Paulo, assim como a participação do estado no PIB nacional. O autor mostra que, mesmo com a perda relativa da participação de São Paulo na produção nacional e menor taxa de crescimento do estado em relação ao resto do Brasil, São Paulo ainda sustentou taxas de crescimento relevantes. Isso confirma a hipótese, na qual, na década de 1970, a desconcentração ocorre por um maior crescimento da periferia nacional em relação à economia paulista. Tal desconcentração foi predominantemente industrial, já que as maiores diferenças entre as taxas nacional e paulista foram nos setores secundário e indústria de transformação (agroindústria, mineração, metalurgia básica e infraestrutura) (GUIMARÃES NETO, 1995).

⁷ O tema da desconcentração produtiva no país ganhou corpo a partir do debate de seus determinantes tomados sobre diversas perspectivas teóricas. De um lado os economistas que consideravam a desconcentração predominantemente como fruto de um *trade off* das vantagens aglomerativas *versus* custos locais (DINIZ, C. 1993 e AZZONI 1986). E, de outro lado, aqueles que, de uma perspectiva histórica, interpretaram a desconcentração a partir dos movimentos da economia nacional, contendo em sua análise fatores como o perfil setorial do investimento nos períodos, a forma de inserção externa do país e da atuação do Estado nesse processo (CANO, 2008 e PACHECO, 1996). Este trabalho aborda a questão basicamente sob os parâmetros da segunda abordagem.

Portanto, esse foi o momento em que a periferia é articulada ao centro através da demanda crescente deste por matérias-primas, alimentos e insumos, bem como pela extrapolação de investimentos que buscavam “vantagens locacionais”. Somam-se a isto os diversos projetos regionais que foram conduzidos no período, culminando num crescimento desconcentrador em que não há perdedores em valores absolutos.

Esse momento do processo de desconcentração produtiva regional foi denominado por Cano (2008) como *virtuoso*, pois além de aprofundar os laços industriais entre as regiões, ocorreu em um período de intenso crescimento da economia nacional. Cabe destacar, por fim, que as questões de cunho social não foram resolvidas, mas puderam ser amortecidas no contexto de altas taxas de crescimento, em um momento que ainda era possível à população rural e empobrecida acessar alguns dos “benefícios” do crescimento urbano industrial.

2. A (DES)INTEGRAÇÃO REGIONAL DA ECONOMIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA POLÍTICA NEOLIBERAL (1980-2003).

Como visto na seção anterior, a produção capitalista do espaço brasileiro até meados da década de 1980 contou com forte presença do Estado, principalmente no âmbito da produção de formas espaciais para intensificar a circulação de mercadorias e pessoas e diminuir seus custos de produção *latu sensu*, dado que “... a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital” (HARVEY, 2006, p.50). No entanto, fatores objetivos e de ordem ideológica mudaram o padrão de acumulação mundial e o viés da atuação do Estado. No primeiro campo, as mudanças no padrão de acumulação mundial, a globalização dos mercados, a reestruturação produtiva, a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro e a inflação descontrolada engessaram as estratégias desenvolvimentistas e afetaram sobremaneira as políticas regionais. No campo ideológico tanto os aspectos centrais do neoliberalismo⁸ como o receituário da política econômica do chamado “Novo Consenso”⁹ foram fundamentais para “demonizar” o planejamento e a

⁸ Sobre o neoliberalismo ver: Anderson (1995), Harvey (2005).

⁹ Segundo Arestis e Sawyer (2007) essa corrente advoga que o controle inflacionário é o fundamento do bom funcionamento dos mercados e que a política monetária – controle da inflação via ajustamento dos juros –, numa situação de plena mobilidade de capitais, se sobrepõe à política fiscal. Esta, a não ser em situações específicas, só afeta as variáveis no curto prazo e, por isso, tende a desequilibrar o nível de preços quando utilizada “indiscriminadamente”. A esse cenário corresponde também um nível de equilíbrio no mercado de trabalho, ou seja uma taxa de desemprego. A alteração do equilíbrio de preços relativos em qualquer um dos mercados

intervenção estatal que não estivessem estritamente relacionados à eficiência dos mercados.

A principal consequência das mudanças do cenário internacional para economia brasileira foi a crise da dívida externa que conferiu à economia nacional, principalmente a partir de 1983, um movimento sucessivo de transferências de recursos reais para o exterior. O endividamento externo do setor público e das empresas estatais se ampliava através de dois mecanismos: pelo endividamento adicional via agências governamentais e organismos multilaterais; e pela absorção da dívida externa do setor privado - estatização da dívida. Assim, a exclusão dos países periféricos como o Brasil do circuito financeiro internacional impôs uma série de “desequilíbrios” que apontaram para a incompatibilidade entre o crescimento doméstico e administração da crise. As restrições e o descompasso entre investimento público e privado desmantelaram o padrão de desenvolvimento erigido até então e deixaram o PIB *per capita* praticamente estagnado durante a década (CARNEIRO, 2002).

Outra face perversa do período da crise da dívida é a insistência da inflação. A política de desvalorização do câmbio combinada à política monetária recessiva ocasionou forte instabilidade em torno da evolução dos preços centrais da economia – juros e câmbio – e das expectativas dos agentes. Dessa forma, o setor público (acossado pela crise simultaneamente fiscal e financeira) e o setor privado (com liquidez garantida e "ajustado", mas prisioneiro da incerteza e da ruptura das expectativas) ataram as possibilidades de avançar tanto no controle dos preços quanto na coordenação do desenvolvimento.

Ao priorizar as necessidades de geração de superávits comerciais/ampliação de reservas para fazer frente às exigências dos órgãos multilaterais e ao pagamento da dívida, houve uma guinada na produção com o objetivo de atender os mercados adicionais externos. Esse movimento prejudicou sobremaneira o dinamismo doméstico causando um problema estrutural de sustentação do investimento, cujo desdobramento concreto no ciclo econômico era dado pela diminuição das inversões autônomas e a escassez de crédito para os setores mais dinâmicos. No campo produtivo, as atividades apresentaram um declínio substancial: houve estagnação da produção na indústria de transformação, contrastada pela preservação do crescimento na agropecuária e da extrativa mineral. Isso se expressou também na dissociação do comportamento cíclico desses setores onde aqueles atrelados à dinâmica externa se tornaram autônomos em relação ao ciclo doméstico (CARNEIRO, 2002).

resultaria em distorções na economia o que, especificamente para o caso do mercado de trabalho, justifica a flexibilização, pois a livre flutuação do preço dos salários permitiria o desemprego estar no nível correspondente de equilíbrio sem, com isso, pressionar os preços da economia. Nesse contexto, a política fiscal só deve ser pensada no sentido de equilibrar gastos e receitas do governo, sendo considerada ineficiente na promoção do crescimento devido ao *crowding-out*.

Ademais, a ruptura sistêmica da década de 1970 levou à exacerbação da lógica de acumulação de ativos financeiros e do rentismo. Mudou-se a composição da riqueza social (baseada crescentemente na diversificação do portfólio financeiro), ampliando as assimetrias de crescimento e a distribuição da renda e elevando a um patamar superior a financeirização das empresas. Isso significou uma autonomização relativa entre a valorização financeira e a dinâmica produtiva, sendo a segunda subordinada à primeira.

O Brasil é substancialmente afetado por esse processo quando, nos anos 1990, objetiva a abertura comercial e financeira de sua economia, acarretando não apenas um cenário de forte competição entre a nossa base produtiva e as demais economias, como também a uma forte internacionalização das empresas. As estatais – que até então eram responsáveis pela realização de investimentos e, mesmo que de forma indireta, contribuía para o planejamento regional do país – foram privatizadas e internacionalizadas, perdendo capacidade de intervenção em ambos os sentidos apontados. Como coloca Vainer (2007, p.11), “A privatização dos setores responsáveis pela infraestrutura acabou tendo como corolário a privatização dos processos de planejamento e controle territorial que são intrínsecos aos grandes projetos”.

Além disso, ainda que o Plano Real tenha controlado o problema crônico da inflação, a partir da segunda metade dos anos 1990, ele o fez com base na abertura financeira e numa política de sistemática apreciação cambial que, de um lado, reforçou os problemas oriundos da abertura abrupta do início da década e, de outro, ampliou os problemas do balanço de pagamentos e subida da taxa de juros, afetando ainda mais as possibilidades de expansão do investimento produtivo. Nesse contexto, do ponto de vista produtivo, a economia brasileira sofreu uma “especialização regressiva”, com redução da participação da indústria no PIB, diminuição do adensamento das cadeias produtivas e aumento da participação dos setores pautados em atividades mais intensivas em recursos naturais e menos intensivas em tecnologia (LAPLANE e SARTI, 2006).

Em um cenário de baixo crescimento o país aprofundou sua inserção periférica de forma que a política econômica adotada engessou os supostos mecanismos “keynesianos” de expansão nacional. Da ótica regional esse padrão resultou em impactos diferenciados, uma vez que a crise econômica e a orientação exportadora, bem como o ajuste microeconômico das novas formas de organização da grande empresa, assumiram em cada região um perfil específico (PACHECO, 1996, p.236). Houve, portanto, uma “especialização” regional crescentemente voltada para atender à demanda externa. Essa forma de integração é distinta

daquela do período anterior, onde a entrada nos mercados externos – inclusive com diversificação da pauta exportadora – ocorria em consonância ao crescimento da economia nacional e o aprofundamento dos elos inter-setoriais e inter-regionais; o que se observa desde o final dos anos 1980 e principalmente pós-1994, ao contrário, é uma integração competitiva das regiões, definidas por suas “vantagens” ao engatarem-se a esse novo padrão de crescimento.

Portanto, apesar de no início da década de 1980 poderem-se sentir os efeitos positivos oriundos da maturação dos investimentos realizados na década anterior, o perfil da economia e da desconcentração produtiva regional mudam radicalmente, inaugurando o que Cano (2007) chamou “desconcentração espúria”, que vai de 1980 até 2005. Como destaca Macedo (2010, p.1),

Do ponto de vista territorial, a almejada desconcentração produtiva que se iniciou no final dos anos sessenta e inícios dos setenta (e ganha impulso a partir do II PND) perde a característica virtuosa que foi, em parte, consequência da integração do mercado nacional e torna-se, cada vez mais, reflexo das forças de mercado e da ausência de políticas regionais de desenvolvimento, descolando-se de qualquer perspectiva de constituição de um projeto nacional com equidade territorial.

O principal sintoma do caráter espúrio foi a diminuição da participação de São Paulo no parco crescimento nacional (1,6% a.a. na década de 1980 e 2,5% a.a. na de 1990), já que, pelos efeitos da crise, o centro foi afetado com mais vigor do que a periferia, que também cresceu a taxas medíocres; isso levou a uma desconcentração mais de caráter estatístico do que uma resultante da ampliação e diversificação da produção complementar a São Paulo na periferia (CANO, 2007, p.25). Entre os setores, que de modo geral foram fortemente prejudicados, os que tiveram desempenho relativamente melhor estavam vinculados às exportações com o incremento da participação do setor primário, da indústria extrativa e do terciário¹⁰. Em que pese tal desempenho, houve um aumento significativo das importações. Apenas a partir de 2003, com o “efeito China”, é que as exportações passariam a crescer de forma mais expressiva, resultando em relativo crescimento econômico.

A suposta convergência da renda nacional média por habitante é mais uma expressão do caráter espúrio, pois, somado ao baixo crescimento da renda média nacional, a estagnação desse indicador em São Paulo fez com que, relativamente, as rendas médias por habitante nas outras regiões crescessem. A renda média por habitante, como apontaram os dados trabalhados por Cano (2008), sofreu queda absoluta, mostrando que, assim como os

¹⁰ Ver Cano (2007, p.31) para dados da estrutura setorial do PIB que apontam essa direção.

indicadores da desconcentração, a convergência da renda média a partir dos anos 1980 deve ser relativizada.

É importante notar que a descentralização de decisões em favor de estados e municípios ocorrida no período abriu caminho para uma das mais perniciosas manifestações da falta de coordenação de uma lógica nacional e integrada de desenvolvimento: a guerra fiscal¹¹. O fenômeno contribuiu para dispersar as atividades pelos estados, mas de forma bastante limitada e vinculada ao enfraquecimento ainda maior da capacidade de o Estado Nacional coordenar o processo de desenvolvimento e pensar a questão regional.

Nesse sentido, Araújo (1995 e 1997) destaca que, de um lado, tem-se uma primazia da chamada integração competitiva da economia nacional com o exterior, onde se priorizam os focos exportadores distribuídos pelo país e, de outro, aumenta-se a concentração dos investimentos nas áreas mais dinâmicas onde estão localizados os elementos necessários à acumulação flexível (mão de obra especializada, proximidade aos centros geradores de conhecimento e tecnologia, proximidade de mercados consumidores de mais alta renda, etc.). Isso se acentua ainda mais com a atomização das decisões de investimento e da apologia sistemática às saídas “localistas” para os problemas regionais do país. Assim, “a estruturação deste [território] depende cada vez mais de decisões microeconômicas que passaram a ser guiadas, exclusivamente, pela lógica mercantil, rompendo qualquer pretensão de equidade que estivera presente no debate regional e urbano brasileiro dos anos setenta” (MACEDO, 2010, p.20). Não é por outra razão que o planejamento regional do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) restringia-se ao estabelecimento de eixos para a inserção competitiva, que orientariam os investimentos em infraestrutura quase que exclusivamente para integrar fragmentos de espaço nacional ao mercado mundial.

Pacheco (1996) também realça outro fator importante para entender a dinâmica regional desse período; o aumento das desigualdades intra-regionais. O autor sustenta que com a desconcentração espúria houve aumento da heterogeneidade dentro das regiões, aumentando a diferença interna da renda, mesmo quando convergente em termos nacionais. Isso mostra a natureza ainda mais desigual do padrão de desenvolvimento adotado a partir da década de 1980, em especial se somado aos resultados perversos da guerra fiscal entre os estados.

¹¹ Sobre guerra fiscal no Brasil ver: Prado e Cavalcanti (1994), Cardozo (2010), Vieira (2012) e Macedo e Angelis (2013).

O esforço exportador, a integração competitiva e a guerra fiscal colocaram para o país, portanto, limites nítidos ao desenvolvimento, abalando o núcleo do aparelho produtivo e afetando, assim, a organização espacial. Esse modelo tencionou os condicionantes que tendencialmente integravam produtivamente o território o que ocasionou a quebra de cadeias produtivas e a “especialização regressiva”, rompendo importantes elos inter-regionais e interestaduais. O resultado, dessa forma, é um cenário de fragmentação econômica e territorial.

Com base em Macedo (2010, p.20) podemos apontar que no período da desconcentração produtiva regional *espúria* a dinâmica e a política macroeconômicas alimentaram os vetores da fragmentação do território em quatro direções principais: primeiro com o ajuste fiscal conservador, diminuindo os investimentos em infraestrutura que possuíam capacidade intrínseca na ordenação territorial. Em segundo lugar, com a desnacionalização de parte da estrutura produtiva e as privatizações, aumentou o poder das grandes empresas sobre a apropriação e ordenação do território; sendo elas muitas vezes transnacionais, outra face da moeda foi o caráter extrínseco das decisões de alocação de parte dos investimentos, reduzindo os centros internos de decisão sobre a coerência regional. O terceiro aspecto diz respeito ao desmonte da burocracia instituída especificamente para pensar o planejamento regional e urbano, esvaziando os instrumentos de ação. Por último, a guerra fiscal apresentou efeitos perniciosos, pois na ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional que articulasse de forma coordenada as regiões, edificou-se entre as unidades federadas um leilão de condições mais favoráveis e de adaptação às exigências dos grandes capitais.

3. PRINCIPAIS DETERMINANTES DO PERÍODO PÓS-2003

A primeira década dos anos 2000, apesar de estar assentada sobre o mesmo modelo macroeconômico da estabilização dos anos 1990, apresentou – principalmente a partir de 2004 – mudanças na dinâmica de crescimento, que foi relativamente melhor se comparado às duas últimas décadas do século XX (com média anual de 4,5% a.a.). Entre 1999 e 2003 as políticas restritivas não foram capazes de elevar o patamar de crescimento da economia, mas, a partir do ciclo de valorização dos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil e, conseqüentemente, através da absorção externa da produção agromineral, engendrou-se novo ciclo de crescimento. Tal cenário foi possível pelo bom dinamismo da economia mundial, que

puxou as exportações brasileiras, e por uma mudança, ainda que restrita, da política do Estado Nacional.

Concomitantemente a esse aumento das exportações houve também ampliação da entrada de capitais – tanto pelo braço financeiro como pelos superávits comerciais – mantendo a taxa de câmbio valorizada e aumentando o fluxo de importações. Este fator, mesmo tendo efeitos positivos para o controle da inflação, deve ser encarado com cuidado, já que continua a expor a estrutura produtiva à competição externa o que, junto à guerra fiscal, é um aspecto importante da desestruturação do parque industrial e, conseqüentemente, da integração econômica regional do país (CANO, 2012). Além disso, o país ainda teve que enfrentar uma enorme remessa de rendas e serviços, que acabou prejudicando o Balanço de Pagamentos.

Segundo Baltar et all (2009) o crescimento, guiado inicialmente pelas exportações, gerou uma espécie de ciclo expansivo do emprego-renda-emprego. Destarte, aliado ao impulso exterior, a dinâmica foi determinada também por fatores internos como o aumento do consumo, do crédito e do investimento. O aumento do consumo na composição do produto nacional esteve diretamente ligado às mudanças no mercado de trabalho: Baltar et all (2010) e Quadros (2010) apontam que houve geração de empregos, redução da taxa de desemprego, melhoria da estrutura ocupacional e de rendimentos, aumento da proporção de ocupações sob proteção da legislação trabalhista e redução das desigualdades de rendimentos do trabalho no país. Além do crescimento, outros aspectos importantes do período foram a política de valorização do salário mínimo, a maior fiscalização no cumprimento da legislação trabalhista, ampliação das negociações coletivas/sindicais e os impactos do programa de transferência de rendas – como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. O incentivo à expansão do crédito, junto a um mercado de trabalho mais estruturado, potencializou o efeito do consumo e reativou a indústria, principalmente de bens duráveis.

Hiratuka et al. (2010, p.284) consideram que, especificamente para a indústria, o ciclo 2006-2008 “diferenciou-se dos ciclos anteriores não apenas pela sua intensidade e duração, mas principalmente pelo fato de ter sido sustentado na expansão das demandas externa e interna, sobretudo por esta última, com peso crescente dos investimentos”. Segundo os mesmos autores, o crescimento da formação bruta de capital fixo foi maior que o crescimento do PIB entre 2005 e 2008. Nesse contexto, os investimentos concentraram-se primeiramente na infraestrutura e nos setores industriais exportadores que depois extrapolaram para outras indústrias – especialmente para construção civil.

Nesses campos, tanto o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC quanto o Minha Casa Minha Vida-MCMV têm importância especial pós 2008, pois atuam como política anticíclica para o enfrentamento dos constrangimentos oriundos da crise econômica mundial. Mesmo que sejam os principais e mais volumosos programas de investimento dos últimos 30 anos, não podemos esquecer que, do ponto de vista da infraestrutura regional o PAC contém diversos aspectos do programa dos Eixos do governo FHC, ou seja, privilegia, em certa medida, os corredores de exportação ao invés de uma integração do território que objetivasse um aprofundamento maior da estrutura de circulação do mercado interno. Já o MCMV, ao atender predominantemente as necessidades de ampliação da acumulação do setor da construção civil e sem mexer na propriedade fundiária urbana, provocou, nos diferentes estratos de cidades, uma explosão da especulação imobiliária e uma nova onda de periferação e dispersão, cujo impacto urbanístico parece ser comparável ao reiteradamente criticado modelo do BNH dos anos 1960.

Diferentemente do que seria possível pensar, sob o prisma do planejamento e das políticas regionais, não houve grandes mudanças e, apesar da elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional¹², o esforço foi mais de natureza “retórica” do que efetivamente “planejadora”, uma vez que sua execução foi limitada. Isso não significa que os impactos do crescimento não tenham consequências positivas e diferenciadas sobre as regiões. Como atentou Araújo (2012), as políticas setoriais podem conter, implicitamente, uma visão regional e é por isso que determinadas políticas horizontais tendem a diminuir as desigualdades regionais.

No que se refere à desconcentração produtiva regional Cano (2011) sustenta a continuação do processo pós-2003. Segundo o autor, a consolidação e expansão da fronteira agropecuária e mineral, a descoberta de petróleo e a continuidade da guerra fiscal lideraram o processo no período recente. Guimarães (2010) também aponta na mesma direção, mostrando que o ciclo atual de expansão da economia redundou em aumento – mesmo que tímido – da participação das regiões tradicionalmente mais pobres (NO, NE e CO) no Valor adicionado Bruto e no PIB *per capita* do país, decorrentes principalmente da aceleração superior do crescimento desses espaços em relação à média nacional. Mais recentemente, Macedo (2014, p. 28) mostrou que a desconcentração industrial continua, quando SP e o SE perdem quase 2

¹²Guimarães (2006) faz uma boa análise da PNDR e destaca a importância da agenda e das preocupações colocadas no documento, como a atuação multi-escalar do projeto, a sustentabilidade e a participação popular.

p.p. de participação entre 2007 e 2011 no valor de transformação industrial, em detrimento do Sul (+1,5%), CO (+1,4%) e NE (+0,1%).

Ainda com base em Guimarães (2010) e Macedo (2014, p. 32), as economias do NO e NE também se beneficiaram de maiores taxas de operação de crédito e de maiores aumentos nos recursos desembolsados pelo BNDES nessas regiões¹³, ao mesmo tempo em que o comércio varejista nelas teve um crescimento acima da média brasileira, mais do que dobrando o índice de vendas entre 2002 e 2012. Dessa forma, pode-se afirmar que embora diminuta, a aceleração do investimento, em alguma medida, apresentou um caráter regional, ao passo que favoreceu proporcionalmente mais as regiões mais pobres. Não somente a taxa de investimento ensaiou uma aceleração entre 2007-2010, como ela se caracterizou por uma importante participação estatal. Nesse quesito, pode-se destacar o aumento de recursos disponibilizados pelo PAC para as regiões periféricas, onde somente entre 2011-2014 (PAC II) 39% dos recursos foram para o N, NE e CO, como, por exemplo, em transporte (41,6%), energia (41,5%) e água/luz para todos (82,9%).

Destaca-se também o papel proporcionalmente maior dos efeitos das políticas de transferência de renda que dinamizaram a economia de diversos municípios, dado seus impactos sobre a renda disponível e o consumo. Esse movimento foi corroborado também pelos indicadores sociais e do mercado de trabalho, já que a aposentadoria rural, a diminuição da desigualdade na renda do trabalho, o aumento da formalização e da sustentação e expansão do poder de compra do salário mínimo, tiveram impacto mais relevante nessas regiões (MACEDO, 2014, p. 30-35). Cabe ressaltar que o crescimento das cidades médias e a reorientação dos principais fluxos migratórios – aumento da migração de retorno, diminuição do fluxo em direção ao sudeste e aumento em direção ao Sul, CO e NO e arrefecimento do crescimento metropolitano – completam o cenário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência histórica do desenvolvimento capitalista brasileiro no século XX evidenciou que o crescimento da economia atrelado à integração do mercado interno, ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho e ao aumento dos elos de

¹³ Isso não significa, no entanto, que houve uma mudança radical do padrão de relacionamento das economias regionais, uma vez que parte desse direcionamento de recursos e investimentos obedece à lógica da guerra fiscal e da “especialização” regressiva. Também é importante frisar que no plano das Unidades Federadas, principalmente nordestinas, essa desconcentração significou aumento das desigualdades regionais (GUIMARÃES NETO, 2010).

complementariedade regional tende a gerar taxas de crescimento maiores não apenas no centro dinâmico como também na periferia nacional. Isso não quer dizer que o crescimento, ainda que fundamental para as mudanças estruturais das economias periféricas, seja condição exclusiva para a superação das desigualdades regionais subjacentes às condições históricas do subdesenvolvimento. O que se observa é um processo contínuo e contraditório de produção de nova configuração regional, nos marcos do subdesenvolvimento, ainda que o Estado por meio do planejamento e da execução de políticas tencione no sentido de conferir uma expansão menos concentradora.

Nesse sentido, os anos entre 1980 e 2003 também reafirmaram que a periferia do sistema capitalista é muito mais suscetível aos desequilíbrios causados pelas mudanças na economia mundial e que, diante disso, a opção do Estado por políticas de corte neoliberal tende a beneficiar o interesse privado – dos agentes nacionais e internacionais – em detrimento dos interesses coletivos nacionais. A permanência da posição dependente na nova fase do capitalismo contemporâneo pela globalização produtiva e financeira abre espaço maior para o rentismo, enfraquece as cadeias produtivas, diminui o componente tecnológico da produção interna e das exportações e, mesmo quando desconcentra a produção, o faz com base em uma “especialização regressiva”, uma desvalorização da força de trabalho e uma “integração competitiva”, reafirmado todo tipo de disparidades.

O período recente aponta numa direção distinta, mas que não está econômica e socialmente compreendido de forma precisa. Como já explicitado, após o estímulo do ciclo de valorização dos preços das *commodities* e do crescimento das exportações (efeito China), a economia nacional apresentou um ciclo expansivo “emprego-renda-emprego” calcado também na ampliação do investimento, cada vez mais voltado para os setores que atendiam o crescimento da demanda interna. Findo esse estímulo, a questão que se apresenta ao governo “neodesenvolvimentista” do PT (preso ao pacto inter-elites e ao sistema internacional) é como se pode dar continuidade a esse processo, dentro da ordem, concomitantemente a um arrefecimento da economia mundial. Essa questão, que perpassa várias dimensões, do ponto de vista regional significa a prevalência dos condicionantes internacionais e não-produtivos sobre o espaço nacional, preservando as desigualdades regionais nos seus aspectos econômicos e sociais.

Em outras palavras, no contexto de taxas diferenciais de crescimento maiores entre o país e o resto do mundo e o câmbio valorizado tendem a diminuir ainda mais o saldo comercial pelo substantivo aumento das importações e, contra essa disposição, seria

necessário conter a apreciação cambial articuladamente a uma política industrial efetiva, capaz de dar mais qualidade à inserção externa do país. Do ponto de vista regional é necessário reverter os elementos que pressionam a fragmentação do território, entre os quais está a especialização regressiva que ocorre, desde os anos 1990, com o espraiamento da produção direcionada quase que exclusivamente ao mercado externo e que, desse modo, tem condicionado a montagem das infraestruturas regionais unicamente como “corredores de exportação”. Esse padrão de organização territorial, se não for revertido, tende a aumentar a subordinação do espaço nacional às decisões extrínsecas, muitas vezes contrárias à autonomia nacional (MACEDO, 2010).

No plano interno, deve-se atentar para o fato de que o efeito multiplicador engendrado pelo consumo e pelo aumento da renda ainda tem potencial, embora decrescente, na dinamização da economia (CARNEIRO e MATIJASCIC, 2011). Tanto a desconcentração da renda quanto o aumento da renda disponível por mecanismos fiscais de maior progressividade podem ajudar nesse sentido. O crédito, outra categoria importante para se entender o crescimento recente, também apresenta limites, dado principalmente aos altos *spreads* bancários que, mesmo com políticas mais agressivas dos bancos públicos para sua diminuição, ainda persistem perante as altas taxas de juros.

O terceiro pilar da política atual, o investimento, é a mais fundamental para se explicar o comportamento do crescimento. O investimento recente foi preponderantemente induzido pela demanda (primeiramente externa e posteriormente interna), resultando em ocupação e criação de capacidade. Esse padrão, apesar de tudo, não foi capaz de gerar um ciclo de investimento autônomo, vis a vis aquele típico padrão do período 1955-1974, sendo esse o principal desafio contemporâneo. O Estado tem papel fundamental, já que pode atuar como credor, como investidor e através de uma política monetária menos restritiva, mas que é tolhido pelo agravamento das contas públicas e pelas medidas de ajustes neoliberais impostas pelo sistema financeiro internacional.

Por fim, cabe destacar que o aumento do investimento e as maiores taxas de crescimento não necessariamente promovem maior equidade regional. Como aponta Guimarães (2010, p. 17), a expansão da economia pode gerar ou aprofundar distorções ou mesmo não aproveitar/criar da melhor forma possível as potencialidades que cada região oferece. Destarte, atrelada a uma política macroeconômica, setorial e social que garantam a continuidade do crescimento, as políticas “explicitamente regionais” tem a capacidade de minorar a concentração e as disparidades regionais, dando mais coerência ao território e ao

mercado nacional. Isso reforçaria o papel dos condicionantes internos no ciclo de crescimento, reduzindo o caráter dependente da economia brasileira perante as oscilações da economia mundial e aumentando também a autonomia em relação à formulação de um projeto nacional de desenvolvimento. Evidentemente, tal conformação, significaria uma disputa política no seio da estratificação social brasileira, o que revela a profundidade da crise atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, T. B. Dinâmica Regional Brasileira: rumo à desintegração competitiva? In: **Anais do Encontro Nacional da ANPUR**, Recife: Anpur, 1995.

ARAUJO, T.B. **Desenvolvimento Regional no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 30 de maio de 2012. (comunicação oral).

ARAUJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estud. av.** [online]. 1997, vol.11, n.29, pp. 7-36.

ARESTIS, Philip (Ed.). **Is there a new consensus in macroeconomics?**. Palgrave Macmillan, 2007.

AZZONI. C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: Fipe/USP, 1986.

BALTAR, P. (coord). Estrutura do Emprego e Renda. **Projeto PI**. Unicamp/UFRJ. 2009 (mimeo).

BALTAR, P. et. al. Moving towards decent work. Labour in the Lula Government: reflections on recent brazilian experience. In: **Global Labour University Working Papers**. nº 9, 2010.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

CANO, W. **Desconcentração produtiva do Brasil 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2007.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo; Campinas, SP: Global Ed.: Editora da UNICAMP; 1985.

CANO, W. **Ensaio sobre a Economia Urbana do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP. n.193, julho 2011.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.

CARDOZO, S. A; CANO, W. (orient.). **Guerra fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990**. 2010. 330 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CARNEIRO, R. e MATIJASCIC, M. (orgs.) **Desafios do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2011.

CRUZ, P. D. Notas sobre o Endividamento Externo Brasileiro nos Anos Setenta, In: L. G. BELLUZZO e R. COUTINHO. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**, v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1983

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1993

GUIMARÃES NETO, L. Nota técnica sobre o tema: “Desigualdade Regional”. In: **Brasil 2003-2010: trajetórias e resultados**. Brasília: CGEE; Recife: CEPLAN, 2010. (mimeo).

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HIRATUKA, C. e SARTI, F. (coord). **Perspectiva do Investimento na Indústria**. Rocha et. al. **Projeto PIB**, Unicamp/UFRJ. 2010.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial. In: CARNEIRO, Ricardo (Org). **A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LESSA, C. Visão crítica do II PND. **Tibiriçá**, ano II, no. 6, jan-março, pp. 47-72 (disponível no CEDOC-IE), 1977.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

MACEDO, F. M. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)**. Tese (livre-docencia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2010.

MACEDO, F. M.; ANGELIS, A. Guerra fiscal dos Portos e Desenvolvimento Regional no Brasil. **REDES** (Santa Cruz do Sul), v. 18, n. 1, p. 185 - 212, jan/abril 2013.

MACEDO, F. M. Um Estudo sobre o FNE. **Relatório parcial**. Projeto Avaliação da política regional brasileira. UNICAMP/IPEA. Campinas, setembro de 2014 (mimeo).

MARINI, Ruy M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy M. e MILLÁN, Mária (orgs). **La teoría social latinoamericana**, v. 4, p. 49-68, 1996.

OLIVEIRA, F. A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil. **Brasil debates**, 1981, cap. 2, pp. 39 a 87.

PACHECO, C. A. **A Questão Regional Brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Campinas, 1996. Tese de Doutorado – Unicamp.

PATARRA, N. L. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. **Textos Para Discussão Ence**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-55, 2003.

PRADO, S., CAVALCANTI, C. E. **A guerra fiscal no Brasil**. São Paulo: Fundap/FAPESP; Brasília: IPEA, 2000, 146 p.

QUADROS, W. (2010). Melhorias Sociais no Período 2004 a 2008. In: **Texto para Discussão** nº 176, IE-UNICAMP, Campinas.

SARTI, F e HIRATUKA, C “Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. Campinas: IE. **Texto para Discussão** nº187.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**, 14^a. ed. São Paulo: Contexto, 1998. 155pg.

TAVARES, M.C. **Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira**. Campinas, IE-Unicamp, 1998.

VAINER, C. Planejamento Territorial e Projeto Nacional – Desafios da Fragmentação. **RB Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, maio 2007.

VIEIRA, D. J. **Um estudo sobre a Guerra Fiscal no Brasil**. 2012. 218 fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas.